

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referente ao semestre findo em
30 de junho 2021 e Relatórios
dos Auditores Independente



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	11
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e 31 de dezembro de 2020.....	14



São Paulo, 23 de Agosto de 2021

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. com os respectivos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Covid 19

A Sociedade manteve no primeiro semestre de 2021 o plano de atuação iniciado com a pandemia, com objetivos primordiais de segurança sanitária dos colaboradores que continuaram, em sua maioria, em trabalho remoto, e ênfase nas atividades de mitigação dos riscos operacionais e regulatórios. Mesmo neste contexto difícil, mas com o firme engajamento dos colaboradores, a Instituição pôde atender tempestiva e adequadamente todas suas obrigações com clientes, fornecedores e reguladores.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Sociedade atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos, institucionais e do segmento de Wealth Management. Esse modelo diversificado e capacidade de execução continuou permitindo a Instituição apoiar sua base de clientes com oferta de crédito e acesso a mercados internacionais.

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o primeiro semestre de 2021 com lucro líquido de R\$ 62 milhões, abaixo do valor observado no mesmo período de 2020. Vale observar que tivemos no ano passado operações pontuais que contribuíram significativamente para o desempenho nas receitas do primeiro semestre de 2020.

Reiteramos que houve provisões adicionais no semestre sem relação com a pandemia não representando piora na relação histórica entre provisões e exposição a risco de crédito.

Compromissos Socioambientais

O Banco BNP Paribas Brasil, em linha com o Grupo BNP Paribas, reafirma seu compromisso público com os direitos humanos e com o meio ambiente, e se destaca por uma atuação global forte e pioneira em financiamento sustentável, sendo que no último ano, fomos eleitos o melhor banco para sustentabilidade pela LatinFinance.

Além disso, em fevereiro deste ano, atualizamos a nossa política global de apoio à agricultura, fortalecendo o foco no combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Também nos associamos ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que reúne 60 dos maiores grupos empresariais do país e representa a oportunidade de aprofundar nosso engajamento em negócios dentro da agenda de sustentabilidade no país. Destacamos também que integramos a Rede Brasil do Pacto Global, que é liderada pela ONU e é considerada a maior iniciativa em cidadania corporativa do mundo. Com essa adesão, reforçou-se o vínculo da Sociedade aos Dez Princípios Universais pautados em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, além de contar com um importante apoio para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (#ODS).

Ouvidoria

Desde o começo de abril de 2020 a Ouvidoria vem atendendo exclusivamente por e-mail em razão da pandemia provocada pela COVID-19. Os atendimentos relacionados especificamente à Sociedade foram resolvidos dentro do prazo regulatório. Não houve no período registro de reclamações contra a Sociedade junto ao sistema de registro de reclamações do Banco Central Brasil. O mesmo aconteceu em relação à Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades supervisoras.

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., através da sua Diretoria, agradece a todos pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

A Diretoria



Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2021, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNP Paribas BR).

O Comitê de Auditoria da Instituição é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Este Comitê é composto atualmente por quatro membros, sendo três deles Diretores da Sociedade e por um membro externo, independente, que ocupa o cargo de Presidente.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido ao livre e independente encaminhamento de suas atividades, seja pela Direção da Sociedade, seja por qualquer de seus prepostos. Adicionalmente, ambas as auditorias, interna e externa, atestaram ter executado seus trabalhos no período sem qualquer tipo de obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitados, não tendo sido identificadas por ambas quaisquer dificuldades ou restrição criada por parte dos representantes da Sociedade à execução de seus trabalhos.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesas do BNP Paribas BR bem como o atendimento das recomendações formuladas por sua Auditoria Interna, Auditores Externos e por órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que a Instituição continua a dispor de processos de controles internos compatível com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna, ocasião em que pôde constatar sua independência tanto em termos hierárquicos, quanto na execução de seu trabalho. Com base nos resultados das auditorias realizadas pela Auditoria Interna, as quais avaliam a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco e controles internos bem como a conscientização e responsabilidades da gerência, o Comitê concluiu que a Auditoria Interna continua a demonstrar sua adequada eficiência no atendimento de seus objetivos.

Com referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, a qual dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, o Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos esclareceu ao Comitê de Auditoria que não havia identificado durante o primeiro semestre de 2021 riscos que pudessem impactar de modo relevante as demonstrações financeiras. Também enfatizou que a carteira de crédito foi revisada e não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia; portanto, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não decorre diretamente dos impactos do Covid-19.

Com referência a Covid-19, o Comitê de Auditoria recebeu informações adequadas para assegurar-lhe que a Sociedade tomou as medidas necessárias para salvaguardar a saúde de seus colaboradores com base em procedimentos técnicos hospitalares da maior eficácia possível e, bem assim, para manter sem quaisquer interrupções, a continuidade de suas operações bem como serviços à disposição dos seus clientes, não obstante a redução muito substancial de colaboradores presentes nas instalações da Sociedade, que na sua maioria, passaram ao trabalho remoto. Foi constatado também que a Alta Administração da Sociedade foi e continua sendo informada acerca das ocorrências internas relacionadas com essa enfermidade.

O Comitê de Auditoria através de discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade do BNP Paribas BR bem como com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, recebeu todas as explicações esperadas acerca das demonstrações financeiras do semestre elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras bancárias; e, o Comitê de Auditoria, em conjunto com os Auditores Externos, concluiu que as demonstrações financeiras apresentavam consistência e uma visão verdadeira e justa das atividades da Sociedade durante o primeiro semestre de 2021, consistentes com o primeiro semestre de 2020, razões pelas quais recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade encerradas em 30 de junho de 2021, que será objeto de publicação e divulgação no prazo e na forma da lei e regulamentação vigentes.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. («Banco»), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

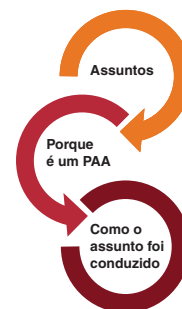
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada «Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras». Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA

Mensuração da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Conforme divulgado nas Notas 3(f) e 6.2, a determinação do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é um processo que requer julgamento e utilização de critérios na determinação do risco de crédito por parte da administração e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional («CMN») e alterações posteriores do BACEN. A classificação de risco dos clientes é atribuída por meio da utilização de modelo interno da administração.

Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados ao processo de concessão de crédito e operações renegociadas.

Efetuamos, também, em base amostral, (i) testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, (ii) análise da metodologia descrita em política para atribuição dos níveis de risco ao cliente, (iii) recálculo da provisão com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações e (iv) confronto dos saldos contábeis de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com os relatórios analíticos.

Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do CMN, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro contábil da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são razoáveis e consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.



Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 5.2 a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis.

Consideramos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos.

Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração do valor justo de acordo com as boas práticas de mercado e requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas de mercado e práticas contábeis vigentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	30.06.2021	31.12.2020
Circulante e Não Circulante		55.074.687	61.658.894
Disponibilidades		306.262	225.717
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	7.005.364	6.492.783
Aplicações no mercado aberto		1.859.999	948.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.083.272	5.543.790
Aplicações em moedas estrangeiras		62.093	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	21.869.442	19.100.414
Carteira própria		12.072.043	8.660.165
Vinculados a compromissos de recompra		334.174	2.823.095
Vinculados à prestação de garantias		538.758	1.249.568
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.037.563	1.670.249
Instrumentos financeiros derivativos		6.886.904	4.697.337
Relações interfinanceiras		12.512	6.900
Pagamentos e recebimentos a liquidar		4	-
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		12.508	6.900
Operações de crédito		2.909.411	3.741.675
Setor privado	(6.1)	2.897.129	3.757.671
Setor público	(6.1.2)	22.964	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(10.682)	(15.996)
Outros créditos		22.963.410	32.082.981
Carteira de câmbio	(7.1)	19.934.175	28.793.444
Rendas a receber		53.387	66.646
Negociação e intermediação de valores		32.784	2.797
Títulos e créditos a receber	(6.1)	1.619.305	1.964.666
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	787.340	682.610
Diversos	(7.3)	668.369	799.613
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(131.950)	(226.795)
Outros valores e bens		8.286	8.424
Despesas antecipadas		8.286	8.424
Permanente		78.582	71.329
Investimentos		31.955	28.301
Participação em controlada no país	(8)	31.579	27.924
Outros investimentos		376	377
Imobilizado de uso		33.760	27.338
Outras imobilizações de uso		76.100	66.432
Depreciações acumuladas		(42.340)	(39.094)
Intangível		12.867	15.690
Ativos intangíveis		32.667	32.316
Amortização acumulada		(19.800)	(16.626)
TOTAL DO ATIVO		55.153.269	61.730.223

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2021	31.12.2020
Circulante e Não Circulante		52.167.343	58.666.772
Depósitos	(9)	11.098.683	10.098.561
Depósitos à vista		1.248.249	832.273
Depósitos interfinanceiros		247.867	574.443
Depósitos a prazo		9.340.834	8.394.144
Depósitos em moeda estrangeira		261.733	297.701
Captações no mercado aberto		3.992.596	5.196.194
Carteira própria		331.599	2.793.184
Carteira de terceiros		1.634.429	752.831
Carteira de livre movimentação		2.026.568	1.650.179
Recursos de aceites e emissão de títulos	(10)	2.882.928	3.138.137
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.827.560	1.245.260
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		13.306	496.569
Captações por certificado de operações estruturadas		1.042.062	1.396.308
Relações interfinanceiras		1.060	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.060	-
Relações interdependências		254.970	126.430
Recursos em trânsito de terceiros		254.970	126.430
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	7.411.822	9.722.127
Empréstimos no exterior		7.078.496	6.743.453
Repasses do país		79.165	77.234
Repasses do exterior		254.161	2.901.440
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	7.499.849	5.395.861
Instrumentos financeiros derivativos		7.499.849	5.395.861
Outras obrigações		19.025.435	24.989.462
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.253	2.257
Carteira de câmbio	(7.1)	16.884.943	22.470.997
Sociais e estatutárias		8.228	102.417
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(12.1)	223.579	449.011
Negociação e intermediação de valores		9.485	16.391
Provisão para passivo contingente	(12.3.1)	638.024	625.141
Provisão para garantias financeiras prestadas	(19.1)	58.943	63.295
Dívida subordinada	(12.2)	915.187	978.120
Diversas	(12.3)	276.933	274.909
Resultado de exercícios futuros		5.860	6.924
Patrimônio líquido	(13)	2.985.926	3.063.451
Capital social:		1.754.606	1.754.606
De domiciliados no país		15	15
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.279.955	1.276.870
Ajuste de avaliação patrimonial		(107.242)	31.975
Lucros acumulados		58.607	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.153.269	61.730.223

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Receitas da intermediação financeira		576.482	3.770.732
Operações de crédito		52.207	990.758
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		676.149	753.075
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		8.007	427.351
Resultado de operações de câmbio		(187.737)	1.531.007
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		27.856	68.541
Despesas da intermediação financeira		(243.479)	(3.332.476)
Operações de captação no mercado		(329.634)	(530.560)
Operações de empréstimos e repasses		101.881	(2.751.395)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(15.726)	(50.521)
Resultado bruto da intermediação financeira		333.003	438.256
Outras receitas (despesas) operacionais		(142.597)	(81.782)
Receitas de prestação de serviços		126.138	163.709
Despesas de pessoal		(149.684)	(145.656)
Resultado de participação em controlada	(8)	3.654	1.930
Outras despesas administrativas	(14)	(81.210)	(104.610)
Despesas tributárias	(15)	(31.332)	(43.004)
Resultado de outras provisões	(16)	(8.700)	38.924
Outras receitas operacionais	(17.1)	6.649	11.103
Outras despesas operacionais	(17.2)	(8.112)	(4.178)
Resultado operacional		190.406	356.474
Resultado não operacional		(1.256)	(2.087)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		189.150	354.387
Imposto de renda e contribuição social	(18)	(8.037)	(117.707)
Provisão para imposto de renda		(58.214)	(84.689)
Provisão para contribuição social		(47.452)	(57.281)
Ativo fiscal diferido		97.629	24.263
Participações no lucro		(119.421)	(59.194)
Lucro líquido do semestre		61.692	177.486
Lucro líquido por ação - em R\$		260,93	750,69

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 10



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30.06.2021	30.06.2020
Lucro líquido	61.692	177.486
“Hedge” de fluxo de caixa:	92	1.372
Variação de valor justo	168	2.495
Efeito fiscal	(76)	(1.123)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(139.309)	30.204
Variação de valor justo	(250.298)	50.275
Ganhos (perdas) transferidos ao resultado por alienação	5.187	(2.357)
Efeito fiscal	105.802	(17.714)
Outros resultados abrangentes do semestre	(139.217)	31.576
Total do resultado abrangente	(77.525)	209.062

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 11



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto dividendos)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	2.831.611
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	30.204	-	30.204
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	1.372	-	1.372
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	177.486	177.486
Destinações:						
Reserva legal	-	8.874	-	-	(8.874)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	1.754.606	181.261	874.333	61.861	168.612	3.040.673
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	-	3.063.451
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	(139.309)	-	(139.309)
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	92	-	92
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	61.692	61.692
Destinações:						
Reserva legal	-	3.085	-	-	(3.085)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	1.754.606	191.909	1.088.046	(107.242)	58.607	2.985.926

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30.06.2021	30.06.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	161.655	254.751
Lucro líquido	61.692	177.486
Depreciações e amortizações	6.420	3.909
Resultado de participação em controlada	(3.654)	(1.930)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	64.950	75.400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.726	50.521
Provisão/(Reversão) para garantias e fianças prestadas	(4.352)	(50.576)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais e impostos e contribuições a compensar	8.277	5.679
Tributos diferido	(97.629)	(24.263)
Participações nos lucros e bônus	119.421	59.194
Provisão - outras	6.371	4.722
Receita de prestação de serviços não recebidos	(7.210)	(41.384)
Diversos	(8.357)	(4.007)
Varição de ativos e obrigações	971.517	(2.943.439)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	321.632	4.081.428
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(851.496)	(4.266.255)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(4.552)	6.093
(Aumento) Redução em relações interdependências	128.540	(20.856)
(Aumento) Redução em operações de crédito	837.578	(596.131)
(Aumento) Redução em outros créditos	9.111.086	(18.478.585)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	138	(5.720)
Aumento (Redução) em depósitos	1.000.122	(1.604.784)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(1.203.598)	1.948.020
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(255.209)	(1.497.734)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(17.410)	(10.719)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.310.305)	5.096.916
Aumento (Redução) em outras obrigações	(5.783.945)	12.406.359
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(1.064)	(1.471)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.133.172	(2.688.688)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Alienação de investimentos	-	7.280
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(9.668)	(6.236)
(Aquisição) Alienação de intangível	(351)	2.949
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(10.019)	3.993
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(85.100)	-
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	(62.933)	389.540
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(148.033)	389.540
Varição de caixa e equivalente de caixa	975.120	(2.295.155)
No início do período	1.422.950	5.447.652
No fim do período	2.398.070	3.152.497
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	975.120	(2.295.155)

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") é uma Sociedade Anônima Fechada com sede domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 10º andar. O Banco pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. É a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução CMN nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

As Demonstrações Financeiras elaboradas para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 19 de agosto de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de acordo com as normas estabelecidas e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e o CPC 41 - Resultado por Ação, através das Resoluções CMN's nº 4.748 e nº 4.818. O Banco, na elaboração dessas Demonstrações Financeiras, não adotou o CPC 41 por não ser companhia aberta conforme facultado pelo BACEN e o CPC 46 tendo em vista que a sua completa adoção depende do IFRS 9 ainda não homologado pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Mudança na Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando a Circular nº 3.959 e estabelecendo que seus preceitos abrangessem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, inclusive.

Os normativos acima exigiram informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras, dentre as quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e não Circulante estão demonstradas nas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos sociais anterior para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Inclusão das Notas Explicativas: "nº 20.5 Política de Teste de Estresse", e da Nota "3.0) e nº 17.3 Resultado não Recorrente" em atendimento a Resolução BCB nº 02.

c) Outras informações

O Banco, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Banco incluiu na nota "nº 21 - Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos objetos de "hedge" está demonstrado na nota 5.2.4.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.



As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota nº 6.

g) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros títulos patrimoniais são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perda.

h) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

i) Ativo Intangível

O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

j) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.



- Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 12.3.1.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil.

Com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos globais em virtude da pandemia de Covid-19, foi aprovado a Medida Provisória nº 1.034 em 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183 de 14.07.2021 aumentando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 20% para 25%, ao qual retornará para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022. Os ativos e passivos tributários diferidos para 30 de junho de 2021 foram constituídos a 50% considerando o efeito da majoração da alíquota sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização até 31 de dezembro de 2021, e de 45% sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização a partir de 1º de janeiro de 2022.

n) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

o) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na nota nº 17.3.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Disponibilidade	306.262	182.286
Aplicações no mercado aberto	1.859.999	2.688.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	231.809	281.214
Total	2.398.070	3.152.497

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>				<u>Total</u>	<u>31.12.2020</u>
	<u>0-30</u>	<u>31-180</u>	<u>181-360</u>	<u>Acima de 360</u>		
Posição Bancada	225.570	-	-	-	225.570	196.162
Posição Financiada	1.634.429	-	-	-	1.634.429	752.831
Aplicações em depósitos interfinanceiros	506.212	1.297.535	1.256.419	2.023.106	5.083.272	5.543.790
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	62.093	-	62.093	-
Total	2.366.211	1.297.535	1.318.512	2.023.106	7.005.364	6.492.783
Curto prazo					4.982.258	4.162.890
Longo prazo					2.023.106	2.329.893



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, contraparte e indexador dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	30.06.2021								31.12.2020	
	Ajuste a mercado			Por Vencimento					Valor de Mercado	
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360		Acima de 360
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.717	(212)	-	32.505	-	-	76	-	32.429	90.635
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.907.667	(18.547)	-	1.889.120	-	37.399	221.122	20.823	1.609.776	421.347
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.010.192	(3.123)	-	1.007.069	-	-	-	-	1.007.069	1.772.703
Cotas de Fundo de Investimento (*)	3.519.397	2.269	-	3.521.666	3.521.666	-	-	-	-	3.092.282
	6.469.973	(19.613)	-	6.450.360	3.521.666	37.399	221.198	20.823	2.649.274	5.376.967
Títulos disponíveis para venda										
Letras Financeira do Tesouro - LFT	653	-	-	653	-	-	-	653	-	645
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	2.590.924	(11.529)	(50.086)	2.529.309	-	50.000	-	630.214	1.849.095	4.047.830
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	2.191.411	(6.897)	(99.455)	2.085.059	-	-	-	-	2.085.059	1.493.038
Debêntures	1.535.748	-	(4.675)	1.531.073	-	-	1.157.264	-	373.809	1.657.438
Nota Soberana (**)	2.291.921	(15.066)	(30.176)	2.246.679	-	-	303.625	978.453	964.601	1.669.745
Ações em Companhia Fechada	2.128	-	438	2.566	-	-	-	-	2.566	2.566
Cotas FICLB	35.430	-	-	35.430	-	-	-	-	35.430	34.996
Nota Promissória	101.762	-	(353)	101.409	-	-	-	101.409	-	119.852
	8.749.977	(33.492)	(184.307)	8.532.178	-	50.000	1.460.889	1.710.729	5.310.560	9.026.110
Subtotal de títulos do ativo	15.219.950	(53.105)	(184.307)	14.982.538	3.521.666	87.399	1.682.087	1.731.552	7.959.834	14.403.077
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo										
Operações de opções	384.957	(141.626)	-	243.331	-	18.561	57.013	127.398	40.359	293.477
Operações a termo	4.883.701	(291.927)	-	4.591.774	-	2.576.728	1.103.381	574.235	337.430	2.005.349
Operações de "swap"	1.181.455	870.344	-	2.051.799	-	75.361	58.301	254.953	1.663.184	2.398.511
	6.450.113	436.791	-	6.886.904	-	2.670.650	1.218.695	956.586	2.040.973	4.697.337
TOTAL DO ATIVO	21.670.063	383.686	(184.307)	21.869.442	3.521.666	2.758.049	2.900.782	2.688.138	10.000.807	19.100.414
Curto prazo				14.517.909						11.323.447
Longo prazo				7.351.533						7.776.967
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo										
Operações de opções	737.159	(252.989)	-	484.170	-	37.852	107.488	134.109	204.721	550.832
Operações a termo	4.947.441	(317.327)	-	4.630.114	-	2.579.586	1.119.591	580.502	350.435	2.035.034
Operações de "swap"	1.562.554	823.011	-	2.385.565	-	211.579	42.470	255.596	1.875.920	2.809.995
	7.247.154	252.695	-	7.499.849	-	2.829.017	1.269.549	970.207	2.431.076	5.395.861
Curto prazo				5.068.773						2.963.529
Longo prazo				2.431.076						2.432.332

(*) Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3.

(**) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada conforme como segue:

- Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

<u>Valor nominal por contraparte</u>	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal</u>
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	
	<u>Pessoa física</u>	<u>Pessoa jurídica</u>	<u>Instituições financeiras</u>	<u>Investidores institucionais</u>	BM&FBovespa			
Operações com opções	8.395	10.065.607	412.944	10.135.590	-	20.622.536	15.842.516	
Comprada	-	4.032.279	69.709	6.033.179	-	10.135.167	7.703.432	
Vendida	8.395	6.033.328	343.235	4.102.411	-	10.487.369	8.139.084	
Operações com "swap"	-	13.214.062	17.085.052	37.165.206	151.786	67.616.106	41.579.135	
"Swap"	-	13.214.062	17.085.052	37.165.206	151.786	67.616.106	41.579.135	
Operações com futuros	-	-	-	-	16.623.253	16.623.253	13.847.159	
Comprada	-	-	-	-	4.760.464	4.760.464	5.225.733	
Vendida	-	-	-	-	11.862.789	11.862.789	8.621.426	
Operações a termo	-	32.686.587	31.349	32.812.039	-	65.529.975	66.978.588	
Comprada	-	14.559.302	31.349	18.172.868	-	32.763.519	33.538.275	
Vendida	-	18.127.285	-	14.639.171	-	32.766.456	33.440.313	
Total						170.391.870	138.247.398	

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

<u>Composição por indexador</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal</u>
	<u>243.331</u>	<u>484.170</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Operações com Opções	243.331	484.170	20.622.536	15.842.516
Compra de opção de:	243.331	-	10.135.167	7.703.432
Compra de Dólar	60.578	-	6.451.496	4.790.688
Venda de Dólar	182.753	-	3.683.671	2.912.744
Venda de opção de:	-	484.170	10.487.369	8.139.084
Compra de Dólar	-	60.578	6.451.496	4.790.688
Compra de Ações	-	240.228	349.685	433.498
Venda de Dólar	-	535	2.517	2.912.744
Venda de Ações	-	182.829	3.683.671	2.154



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2021	31.12.2020
Operações com "Swap"	2.051.799	2.385.565	67.616.106	41.579.135
Ações x DI	71.189	147.946	1.521.104	1.937.508
Ações x PRÉ	299.436	-	2.687.056	2.002.051
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	309.824	347.488	8.405.684	9.022.747
Cupom de Dólar x DI	486.453	606.119	12.769.368	10.870.961
Cupom de Dólar x PRÉ	49.891	157.527	1.210.424	2.336.174
Cupom de Euro x DI	-	10.515	175.075	38.521
Cupom de Euro x PRÉ	59	-	140.050	153.601
DI x Ações	33.182	965	311.348	323.961
DI x Cupom de Dólar	462.701	451.466	7.028.884	8.872.462
DI x Cupom de Euro	10.516	-	175.075	251.906
DI x Índice de Preço	-	257.487	654.024	654.024
DI x PRÉ	19.699	40.535	14.265.097	267.663
Índice de Preço x DI	114.534	-	309.914	309.914
PRÉ x Ações	-	299.436	2.687.056	2.002.051
PRÉ x Cupom de Dólar	156.383	49.891	1.256.240	1.400.240
PRÉ x Cupom de Euro	-	59	140.050	1.135.351
PRÉ x DI	37.932	16.131	13.879.657	-
Operações com Futuros	-	-	16.623.253	13.847.159
Operações com futuros - Comprada	-	-	4.760.464	5.225.733
Cupom cambial - DDI	-	-	914.367	1.257.072
DI	-	-	222.275	593.118
Taxas	-	-	145.062	-
Moedas	-	-	3.478.760	3.375.543
Operações com futuros - Vendida	-	-	11.862.789	8.621.426
DI	-	-	7.831.135	7.879.571
Taxas	-	-	137.803	-
Moedas	-	-	3.893.851	741.855
Operações a Termo	4.591.774	4.630.114	65.529.975	66.978.588
Operações a termo - Comprada	1.381.877	3.307.039	32.763.519	33.538.275
Moeda	232.380	2.156.823	32.763.519	33.538.275
Títulos Públicos	1.149.497	1.150.216	-	-
Operações a termo - Vendida	3.209.897	1.323.075	32.766.456	33.440.313
Moeda	2.132.279	245.954	32.766.456	33.440.313
Títulos Públicos	1.077.618	1.077.121	-	-
Total	6.886.904	7.499.849	170.391.870	138.247.398
Curto prazo	4.845.931	5.068.773		
Longo prazo	2.040.973	2.431.076		

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$538.758 (R\$1.249.568 em 12.2020).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 30 de junho de 2021, o Banco possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

Instrumento			Objeto de "Hedge"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DI Futuro	02.01.2023	315.741	Títulos - NTN	pré-fixadas	421.685	414.788	(12.732)
DDI Futuro	02.01.2026	914.367	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	870.972	914.752	16.807
DI Futuro	02.01.2025	3.276.294	CDI	pré-fixadas	3.312.755	3.276.268	(60.362)
DI Futuro	01.10.2025	216.209	Captações por certificado de operações estruturadas	pré-fixadas	222.425	216.212	7.424
DI Futuro	02.01.2025	1.305.778	Títulos - LTN	pré-fixadas	1.218.252	1.206.723	(49.159)
DI Futuro	03.10.2022	1.856.268	Nota Soberana	pré-fixadas	1.871.335	1.856.268	(15.066)

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2021, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva.



"Hedge" de Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2021 o Banco não possuía operações de "hedge" de fluxo de caixa.

5.3 Outras Informações - Cotas de Fundo de Investimento

As cotas do fundo de investimento multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Grupo BNP Paribas - BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

Abaixo apresentamos a composição do Fundo de Investimento:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Disponibilidades	109	17
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.304.609	2.817.330
Instrumentos financeiros derivativos (*)		
- Operações com "Swap"	298.579	(485.811)
- Operações com Opções	(115.532)	(26.081)
- Operações com Futuro	58.740	(39.158)
- Operações com Termo	627.658	312.519
Diversos a receber/(a pagar)	347.503	513.466
Patrimônio líquido do fundo	3.521.666	3.092.282

(*) O saldo considera os ajustes por equalização de práticas contábeis.

O valor de referência dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos, que compõem a carteira do fundo e são registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

<u>Indexador</u>	<u>"Swap"</u>	<u>Termo</u>	<u>Futuros</u>	<u>Opções</u>	<u>Total</u>
Moeda estrangeira	23.380.385	32.765.531	21.730.964	12.163.667	90.040.547
Taxa de juros	15.459.360	-	29.657.404	-	45.116.764
Total 30.06.2021	38.839.745	32.765.531	51.388.368	12.163.667	135.157.311
Total 31.12.2020	27.010.317	33.534.390	25.200.924	8.171.557	93.917.188

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

<u>"Rating"</u>	<u>30.06.2021</u>						<u>31.12.2020</u>
	<u>Empréstimos e títulos descontados</u>	<u>Financiamento</u>	<u>Financiamento rural e agroindustriais</u>	<u>Adiantamento sobre contratos de câmbio</u>	<u>Títulos de créditos a receber (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
AA	2.059.842	259.431	36.956	1.486.674	1.566.074	5.408.977	8.412.771
A	100.910	371.960	44.101	1.433.467	15.305	1.965.743	2.305.472
B	4.482	-	39.711	24.721	32.982	101.896	635.202
C	2.700	-	-	-	4.944	7.644	19.842
D	-	-	-	411.971	-	411.971	377.284
H	-	-	-	-	-	-	115.605
Total 30.06.2021	2.167.934	631.391	120.768	3.356.833	1.619.305	7.896.231	11.866.176
PDD	6.064	3.407	1.211	127.020	4.930	142.632	242.791
Curto prazo - empréstimos						7.359.244	10.963.899
Longo prazo - empréstimos						536.987	902.277
Curto prazo - PDD						140.619	236.806
Longo prazo - PDD						2.013	5.985

(*) Não houve cessão de crédito no primeiro semestre de 2021 da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios (R\$180.714 em 12.2020).



6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2021		31.12.2020	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado:				
Indústria	2.341.755	29,66	2.983.718	25,15
Comércio	596.141	7,55	1.252.366	10,55
Serviço	4.910.990	62,19	4.953.912	41,75
Pessoa Física	24.381	0,31	26.309	0,22
	7.873.267	99,71	9.216.305	77,67
Setor público:				
Governo Federal	22.964	0,29	2.649.871	22,33
	22.964	0,29	2.649.871	22,33
Total	7.896.231	100,00	11.866.176	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2021		31.12.2020	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
A vencer:				
Até 180 dias	4.801.604	60,81	8.504.638	71,67
De 181 a 360 dias	2.497.360	31,63	2.343.447	19,75
Acima de 360 dias	536.987	6,80	902.277	7,60
Vencidos:				
Até 14 dias	60.280	0,76	209	0,01
Vencidas de 61 a 360 dias	-	-	115.605	0,97
Total	7.896.231	100,00	11.866.176	100,00

6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	30.06.2021	30.06.2020
Saldo inicial do semestre	242.791	109.369
Constituição da provisão	48.099	75.972
Reversão da provisão	(32.373)	(25.451)
Valores baixados para prejuízo	(115.885)	-
Saldo final do semestre	142.632	159.890
Provisão específica	52.275	105.208
Provisão prudencial	90.357	54.682

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve recuperação de crédito baixado como prejuízo. Em 30 de junho de 2021 os valores baixados para prejuízo foram no montante de R\$115.885, não houve valores baixados para prejuízos em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de junho de 2021 existiam contratos renegociados no valor de R\$1.127.906 (R\$1.110.735 em 12.2020).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Carteira de câmbio

Abaixo segue a composição da carteira de câmbio em 30 de junho de 2021.

ATIVO	30.06.2021	31.12.2020
Câmbio comprado a liquidar	11.946.723	16.499.049
Direitos sobre venda de câmbio	7.958.974	12.167.748
Adiantamentos em moeda nacional	-	(1.560)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1)	28.207
Total	19.934.175	28.793.444
Curto prazo	18.231.181	27.831.089
Longo prazo	1.702.994	962.355



PASSIVO		30.06.2021	31.12.2020
Câmbio vendido a liquidar		7.749.692	12.324.563
Obrigações por compra de câmbio		12.463.606	16.162.066
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1)	(3.328.355)	(6.015.632)
Total		16.884.943	22.470.997
Curto prazo		15.167.327	21.505.453
Longo prazo		1.717.616	965.544

7.2 Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	30.06.2021				Exercício 2020			
	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2021	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020
Imposto de renda								
<i>Diferenças temporárias:</i>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.243	65.544	(62.521)	73.266	36.067	62.521	(28.345)	70.243
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	42	-	(42)	-	2.235	42	(2.235)	42
Provisão títulos disponíveis para venda	-	38.533	-	38.533	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	132.653	2.601	-	135.254	132.776	4.157	(4.280)	132.653
Provisão para outros passivos contingentes	23.632	787	(167)	24.252	21.473	2.872	(713)	23.632
Provisão de avais e fianças	15.823	2.878	(3.965)	14.736	30.144	5.291	(19.612)	15.823
Provisão para outros passivos	46.884	70.180	(39.170)	77.894	41.893	39.170	(34.179)	46.884
Provisões diversas	13.512	59	(1.680)	11.891	13.020	706	(214)	13.512
Prejuízo fiscal	834	-	-	834	834	-	-	834
	303.623	180.582	(107.545)	376.660	278.442	114.759	(89.578)	303.623
Contribuição social								
<i>Diferenças temporárias:</i>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.195	67.088	(50.017)	73.266	28.854	50.017	(22.676)	56.195
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	35	-	(35)	-	1.789	34	(1.788)	35
Provisão títulos disponíveis para venda	-	38.533	-	38.533	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	106.121	2.081	-	108.202	106.219	3.326	(3.424)	106.121
Provisão para outros passivos contingentes	18.911	629	(138)	19.402	17.183	2.298	(570)	18.911
Provisão de avais e fianças	12.658	3.002	(3.172)	12.488	24.115	4.233	(15.690)	12.658
Provisão para outros passivos	37.514	57.867	(31.337)	64.044	33.521	31.336	(27.343)	37.514
Provisões diversas	10.800	2.430	(1.338)	11.892	10.407	564	(171)	10.800
Base negativa	-	-	-	-	594	-	(594)	-
	242.234	171.630	(86.037)	327.827	222.682	91.808	(72.256)	242.234
Impostos e contribuições a compensar								
IRPJ e CSLL - antecipação	87.708	32.493	(87.708)	32.493	28.666	87.708	(28.666)	87.708
Demais impostos a compensar	49.045	1.315	-	50.360	38.969	10.076	-	49.045
	136.753	33.808	(87.708)	82.853	67.635	97.784	(28.666)	136.753
Total	682.610	386.020	(281.290)	787.340	568.759	304.351	(190.500)	682.610

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.



A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 é:

Projeção	2021	2022	2023	2024	2025	de 2026 até 2030	Total
Créditos tributários	308.353	88.709	22.372	7.941	230.123	46.989	704.487
Saldo em 31.12.2020							545.857

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2021, é estimado em R\$523.603 (R\$430.362 em 12.2020), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos.

Descrição	30.06.2021	31.12.2020
Valores a receber de sociedades ligadas	-	222
Devedores diversos - Exterior	8.687	162.757
Devedores diversos - País	21.961	9.372
Adiantamentos diversos	6.803	6.441
Devedores por depósitos em garantia	630.918	620.821
Total	668.369	799.613
Curto prazo	37.451	178.792
Longo prazo	630.918	620.821

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição do investimento em controlada no país em 30 de junho de 2021.

	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	
	30.06.2021	31.12.2020
Informações relevantes sobre o investimento:		
Patrimônio Líquido	42.456	37.543
Resultado do período	4.913	(683)
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	3.654	(508)
Valor contábil do investimento	31.579	27.924

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento existente em 30 de junho de 2021:

Títulos	Em quantidade de dias					Total 30.06.2021	Total 31.12.2020
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	1.248.249	-	-	-	-	1.248.249	832.273
Depósito interfinanceiro	-	78.000	-	169.177	690	247.867	574.443
Depósito a prazo	-	824.527	3.451.683	2.801.510	2.263.114	9.340.834	8.394.144
Depósito em moeda estrangeira	261.733	-	-	-	-	261.733	297.701
Total	1.509.982	902.527	3.451.683	2.970.687	2.263.804	11.098.683	10.098.561
Curto prazo						8.834.879	8.215.213
Longo prazo						2.263.804	1.883.348

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento existente em 30 de junho de 2021:

Descrição	Em quantidade de dias				Total 30.06.2021	Total 31.12.2020
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Letras Financeiras	89.220	7.145	299.454	1.431.741	1.827.560	1.245.260
Letras de Créditos de Agronegócio	2.753	429	10.124	-	13.306	496.569
Certificado de Operações Estruturadas	70.932	147.491	56.841	766.798	1.042.062	1.396.308
Total	162.905	155.065	366.419	2.198.539	2.882.928	3.138.137
Curto prazo					684.389	1.848.672
Longo prazo					2.198.539	1.289.465



11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de Obrigações por Empréstimos e Repasses em 30 de junho de 2021:

Descrição	Vencíveis até	30.06.2021		31.12.2020
		Encargos	Total	Total
Obrigações em Moedas estrangeiras	23.10.2024	0,04% a 2,02% a.a.	6.777.676	6.442.565
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	8,20% a.a.	300.820	300.888
Operações de Repasses do País - FINAME	16.08.2021	5,70% a.a.	1.099	1.069
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	23.06.2023	2,25% a 4,00% a.a.	78.066	76.165
Repasses no Exterior	15.12.2021	2,96% a 3,31% a.a.	254.161	2.901.440
Total			7.411.822	9.722.127
Curto prazo			6.975.519	8.923.147
Longo prazo			436.303	798.980

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Descrição	30.06.2021	31.12.2020
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	105.666	286.372
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	117.913	162.639
Total	223.579	449.011
Curto prazo	223.579	449.011

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$117.913 (R\$162.639 em 12.2020), sendo como contrapartida R\$28.737 no patrimônio líquido (R\$64 em 12.2020) e R\$15.989 no resultado (R\$87.828 em 12.2020).

12.2 Dívida Subordinada

Descrição	30.06.2021	31.12.2020
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 4.192/13	915.187	978.120
Total	915.187	978.120
Curto prazo	21.135	34.196
Longo prazo	894.052	943.924

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$70 milhões equivalentes a R\$411.978 (R\$451.058 em 12.2020), já acrescido dos juros incorridos até 30 de junho de 2021 com juros de 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2026. Em julho de 2020 houve uma nova captação representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$100 milhões equivalente a R\$503.209 (R\$527.062 em 12.2020), já acrescido dos juros incorridos até 30 de junho de 2021 com juros de 4,10% a.a. vencíveis até janeiro de 2031. O Banco Central do Brasil aprovou em 26 de janeiro de 2021 que essa dívida de US\$100 milhões passe a compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil. A aprovação foi com efeito retroativo à data da emissão. O Banco manteve capital em nível superior aos requerimentos prudenciais desde julho de 2020, portanto a dívida foi adicionada ao nível II do Patrimônio de Referência (PR) a partir de 26 janeiro de 2021 (vide nota 21).

12.3 Diversas

Apresentamos abaixo a composição de diversas

Descrição	30.06.2021	31.12.2020
Valores a pagar à sociedade ligada	2.586	3.079
Provisão de despesas de pessoal	193.930	165.166
Provisão para despesas administrativas	50.271	57.448
Impostos e contribuições a recolher	20.583	42.244
Outras	9.563	6.972
Total	276.933	274.909
Curto prazo	238.478	255.800
Longo prazo	38.455	19.109

Página 25



12.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes.

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2020	530.611	13.763	80.767	625.141
Constituição	-	-	2.708	2.708
Reversão/pagamento	-	-	(1.831)	(1.831)
Atualização monetária	10.405	123	1.478	12.006
Saldo em 30.06.2021	541.016	13.886	83.122	638.024
Saldo em 31.12.2019	531.104	13.441	72.452	616.997
Constituição	-	-	10.456	10.456
Reversão/pagamento	(17.122)	-	(2.852)	(19.974)
Atualização monetária	16.629	322	711	17.662
Saldo em 31.12.2020	530.611	13.763	80.767	625.141

Em 30 de junho de 2021 a provisão para riscos fiscais é composta da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$382.062 (R\$379.826 em 12.2020) e R\$38.581 (R\$38.351 em 12.2020), respectivamente, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$120.373 (R\$112.433 em 12.2020) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente. Em 30 de junho de 2021, os riscos considerados como de perda possível se referem a trabalhistas de R\$16.581 e fiscais de R\$212.626 (trabalhistas de R\$11.390 e fiscais de R\$211.589 em 12.2020). Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não existiam contingências de perdas possíveis de natureza cível.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social é representado por 236.432 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

13.2 Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no semestre findo em 30 de junho de 2021 no valor de R\$61.692 (R\$177.486 em 06.2020) em Lucros Acumulados teve a seguinte destinação: R\$3.085 a título de Reserva Legal (R\$8.874 em 06.2020), e R\$58.607 (R\$168.612 em 06.2020) em Lucros Acumulados cuja a destinação ocorrerá ao final do exercício.

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas administrativas.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	14.271	25.874
Despesa de processamento de dados	28.692	19.518
Despesa de serviço de terceiro	11.649	32.969
Despesa de aluguéis	7.023	6.823
Despesa de serviço técnico especializado	3.584	1.257
Outras	15.991	18.169
Total	81.210	104.610

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas tributárias.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Despesa de contribuição à COFINS	21.046	29.939
Despesa de contribuição ao ISS	4.934	6.955
Despesa de contribuição ao PIS	3.420	4.865
Outras	1.932	1.245
Total	31.332	43.004



16. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

Apresentamos abaixo a composição de outras provisões:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Resultado de provisão de fianças prestadas	4.352	50.576
Resultado de provisão de contingências	(13.052)	(11.652)
Total	(8.700)	38.924

17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

17.1 Outras Receitas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras receitas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Recuperação de encargos e despesas	1.593	2.564
Variação cambial	79	682
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	4.775	6.192
Outras	202	1.665
Total	6.649	11.103

17.2 Outras Despesas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras despesas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Variação cambial	344	462
Perdão de dívida	4	-
Outras	7.764	3.716
Total	8.112	4.178

17.3 Resultado não Recorrente

Apresentamos abaixo a composição do resultado não recorrente.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Lucro líquido recorrente	64.234	183.026
Eventos não recorrentes	(2.542)	(5.540)
Perdão de dívida	(4)	-
Despesas de pandemia - Covid 19 (*)	(830)	(3.128)
Multas e juros sobre pagamentos em atraso	-	(190)
Ressarcimento de erros operacionais	(452)	(135)
Despesas não operacionais	(1.256)	(2.087)
Lucro líquido contábil	61.692	177.486

(*) Refere-se basicamente a despesas de pessoal, doações e transportes.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social são compostas conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	189.150	354.387
(-) Participação dos empregados no lucro	(119.421)	(59.194)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	69.729	295.193
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(31.378)	(132.837)
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	1.644	868
Notas soberanas	13.679	2.523
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	350	11.739
Efeitos da majoração da alíquota da Contribuição Social - CSLL Diferida	7.668	-
Total	(8.037)	(117.707)

(*) Inclui o efeito da majoração da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3m.



19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Provisão para garantias prestadas.

"Rating"	Garantia Prestada							
	Fiança Bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"	Total
AA	1.774.859	2.411.554	2.235.180	-	313.567	102.353	107.734	6.945.247
A	690.962	217.344	27.338	5.647	89.023	1.529	-	1.031.843
B	802.319	631.704	168.052	-	-	-	200	1.602.275
C	23.675	2.098	5.471	-	-	-	-	31.244
F	-	-	409	-	-	-	-	409
Total 30.06.2021	3.291.815	3.262.700	2.436.450	5.647	402.590	103.882	107.934	9.611.018
PDD	27.040	20.266	9.633	42	1.432	262	268	58.943
Total 31.12.2020	3.677.366	3.692.460	2.655.837	166.357	408.380	90.508	14.484	10.705.392
PDD	28.785	19.349	11.446	408	2.733	228	346	63.295

19.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$135.806.472 (R\$116.589.224 em 12.2020).

19.3 Operações vinculadas

Em 30 de junho de 2021 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas:

Descrição	30.06.2021			31.12.2020
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa) Juros	Ativo/(Passivo)
Operação de crédito - Empréstimo	250.000	-	3.985	2.806.500
Empréstimos no exterior	-	250.000	(3.985)	(2.848.350)

19.4 Transações com partes relacionadas

19.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no semestre representa benefícios de curto prazo de R\$13.899 (R\$13.612 em 06.2020) e benefícios de longo prazo de R\$1.126 (R\$1.494 em 06.2020). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

19.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	30.06.2021		31.12.2020	30.06.2020
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros	4.684.616	76.305	5.381.599	329.760
Grupo Cetelem	4.684.616	76.305	5.381.599	329.760
Aplicações em moedas estrangeiras	62.093	(14.214)	-	108.584
BNP Paribas - Paris	62.093	(13.530)	-	108.863
Grupo BNP Paribas	-	(684)	-	(279)
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	(2.748.234)	(43.662)	(3.558.699)	(50.111)
Grupo BNP Paribas	(2.678.574)	(42.794)	(3.482.204)	(45.998)
Grupo Cetelem	(69.660)	(868)	(76.495)	(4.113)

Página 28



Descrição		30.06.2021		31.12.2020	30.06.2020
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Carteira de câmbio		(66.013)	(200.447)	59.946	855.413
BNP Paribas - Paris	Controladora	(70.975)	(191.323)	50.543	819.620
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	-	(1)	1	(40)
Grupo Arval	Parte Relacionada	7	32	3	(13)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	6.036	(9.301)	9.395	36.082
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1.081)	265	-	(95)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	(119)	4	(141)
Cotas de fundos de investimentos		3.521.666	429.285	3.092.282	19.504
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	3.521.666	429.285	3.092.282	19.504
Depósitos a prazo		(213.870)	(2.016)	(84.546)	(889)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(212.999)	(2.006)	(83.681)	(874)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(871)	(10)	(865)	(15)
Depósitos a vista		(121.874)	-	(77.650)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(12)	-	(5)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(59)	-	(220)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(1.811)	-	(2.631)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(119.963)	-	(74.750)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(12)	-	(19)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(17)	-	(25)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)		(899.741)	(1.071.895)	(173.816)	829.801
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(899.741)	(1.071.895)	(173.816)	829.801
Devedores/Credores diversos		6.943	6.447	156.341	38.256
BNP Paribas - Paris	Controladora	2.976	158	152.620	(612)
Grupo Arval	Parte Relacionada	107	333	107	441
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	3.860	4.385	3.614	3.933
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	1.023	-	920
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	548	-	33.574
Disponibilidade em moeda estrangeira		201.808	(304.366)	21.368	(710.186)
BNP Paribas - Paris	Controladora	31.455	(18.795)	5.973	(34.039)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	170.353	(285.571)	15.395	(676.147)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar		-	-	(85.099)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	-	(85.099)	-
Investimento em controlada no País		31.579	3.654	27.924	1.930
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	31.579	3.654	27.924	1.930
Obrigações por empréstimos e repasses		(7.332.657)	(67.678)	(9.644.893)	(2.283.537)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(7.142.433)	(43.828)	(6.993.629)	(1.417.849)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(190.224)	(23.850)	(2.651.264)	(865.688)
Operações de Crédito		57.854	1.454	57.320	781
Grupo Arval	Parte Relacionada	45.384	1.454	42.120	781
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	12.470	-	15.200	-
Ordem de pagamento em moeda estrangeira		(1.693)	(95)	(949)	(91)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(1)	-	(147)	2
Grupo Arval	Parte Relacionada	(1.691)	(75)	(339)	(80)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	(1)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	(20)	(462)	(13)
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(915.187)	(26.718)	(978.120)	(453.298)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(915.187)	(26.718)	(978.120)	(146.772)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	-	-	(306.526)
Resultado de Corretagem		-	4.876	-	72.517
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	4.876	-	72.517
Valores a Receber/(a Pagar) de sociedade ligada		(2.586)	-	(2.857)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(2.586)	-	(2.857)	-



20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

20.1 Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

20.2 Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

20.3 Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para a instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM) que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

20.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

20.5 Política de Teste de Estresse

De acordo com a resolução BACEN nº2 de 2020 art. 35 I, apresentamos a seguir informações sobre ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Natureza dos ativos e passivos envolvidos:

- carteira de negociação;
- derivativos na carteira bancária não sujeitos a fair value hedge;
- títulos públicos marcados a mercado na carteira bancária;
- exposição cambial líquida na carteira bancária (FXRBB);
- dívida subordinada em moeda estrangeira.

Cenários de estresse de valorização desses ativos:

São cenários validados como adversos e adequadamente severos de acordo com a governança de gerenciamento do risco de mercado do Banco, impactando de maneira simultânea os principais parâmetros de mercado sobre um período de 10 dias

- Cenário de "Choque Positivo": redução do USD spot em 8% e da volatilidade implícita do câmbio em 60%; redução de juros em BRL na curva até 2 anos em 180bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 150bps; redução paralela na curva de cupom em 150bps; redução paralela na curva de cupom de IPCA em 150 bps; e redução do spread dos bônus do tesouro em 25 bps.



- Cenário de "Choque Negativo": aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 200bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 250 bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50 bps.

Abaixo apresentamos os impactos dos cenários de estresse em 30 de junho de 2021.

Cenário	Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)	Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)
Choque positivo	38	112
Choque negativo	(340)	(147)

20.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária ("banking book"), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	30.06.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.249.663	4.518.961
Capital Principal	4.249.663	4.518.961
Nível II	814.003	426.336
Total PR	5.063.666	4.945.297
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	28.795.318	30.107.890
De Mercado	5.096.311	4.492.120
Operacional	4.891.457	4.974.127
Ativos ponderados pelo risco	38.783.086	39.574.137



	30.06.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.102.646	3.165.931
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.961.019	1.779.366
Índice da Basileia (PR/RWA)	13,1%	12,5%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,0%	11,4%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,0%	11,4%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

Conforme mencionado na nota 12.2, o Banco emitiu uma dívida subordinada de US\$100 milhões em julho de 2020, cuja aprovação do Banco Central para compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) ocorreu em 26 janeiro de 2021 com efeitos retroativos a sua emissão. Se o Banco tivesse considerado essa dívida no cálculo dos limites prudenciais em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio de Referência seria de R\$5.462.885 e o Índice de Basileia seria de 13,8%. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

22. OUTROS ASSUNTOS

22.1 Efeitos da Pandemia Covid-19

Como em 2020, a área de Risco do BNP Paribas revisou exaustivamente a carteira de crédito e não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia, portanto, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não decorre diretamente de impactos do Covid-19. As despesas adicionais relacionadas à pandemia não impactaram significativamente os resultados do semestre graças à gestão eficiente dos custos da operação.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8

São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906

+55 11 3841 3100

+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041

+55 21 3094 8200

+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010

+55 31 3254 1250

+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240

+55 41 3099 7250

+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

**O banco
para um mundo
em mudança**